



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

LEI MUNICIPAL Nº797/2023 GP

EM 30 DE MAIO DE 2023.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias gerais do Município de São José de Piranhas para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

- I** – das disposições relativas das receitas municipais;
- II** – das disposições relativas dos gastos municipais;
- III** – da estrutura e organização do orçamento municipal;
- IV** – das disposições relativas com a política de pessoal;
- V** – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal.

**CAPÍTULO II
DAS RECEITAS MUNICIPAIS**

Art. 2º Compõem-se às receitas municipais de:

- I** – tributos próprios diretos;
- II** – provenientes de atividades econômicas e de serviços;
- III** – transferências constitucionais, legais e voluntárias;
- IV** – empréstimos e financiamentos.

Art. 3º Para estimativa de receita serão considerados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço remunerado e as alterações da legislação tributária.

Art. 4º O Município ficará obrigado a arrecadar todos os impostos e taxas de sua competência, inclusive as receitas originárias dos serviços administrativos do Município, por delegação a instituições públicas ou privadas na forma conveniada.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

Art. 5º As receitas provenientes de convênios serão estimadas no orçamento do município, com base nas projeções estabelecidas pelo órgão repassador ou de acordo com documentos apresentados que lhe assegurem a liberação dos recursos.

Art. 6º A receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, constituída de acordo com a legislação pertinente, será prevista no orçamento, tendo como base de cálculo o número de alunos do município matriculados no exercício anterior e aprovados pelo Ministério da Educação e Desporto, vezes o valor **per capita** do Estado.

CAPÍTULO III DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 7º Os gastos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 8º Para a fixação dos gastos municipais devem ser observados os fatores conjunturais, carga de trabalho, receita do serviço quando este for remunerado e projetado os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo Poder Executivo Municipal, dentro dos limites e restrições legais.

Art. 9º Os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, serão fixados no orçamento municipal de acordo com as regras e critérios técnicos estabelecidos no art. 8º **‘caput’**, observando-se a legislação específica.

Art. 10º Na fixação e aplicação dos recursos de 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino é defeso despesas com:

- I** – distribuição com merenda escolar;
- II** – assistência a estudantes;
- III** – realização de obras de infra-estrutura na rede escolar;
- IV** – pessoal em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V** – outras atividades desvinculadas do ensino municipal.

Art. 11º O gestor municipal deverá ser prudente quanto aos gastos do município, aplicando quando necessárias medidas corretivas e apropriadas para evitar desequilíbrios fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

CAPÍTULO IV
SEÇÃO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 12º São executadas como prioridades as seguintes ações, para o exercício de 2024:

I. Legislativo:

- a) manutenção das atividades da Câmara Municipal;
- b) manutenção das contribuições previdenciárias;
- c) aquisição de veículo.

II. Administração:

- a) manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito;
- b) divulgação de atividades executivas;
- c) realização de festividades e promoções sociais;
- d) manutenção das atividades da Secretaria de Administração;
- e) manutenção e execução de sentenças judiciárias;
- f) treinar, aperfeiçoar e capacitar servidores públicos municipais;
- g) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Finanças;
- h) manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica;
- i) sistematização do controle interno;
- j) manutenção dos serviços da Ouvidoria Municipal;
- k) manutenção das atividades da Controladoria Geral do Município;
- l) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Articulação Política;
- m) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Articulação Institucional;
- n) manutenção da secretaria municipal de planejamento;
- o) contribuição a Fundação Napoleão Lauriano;
- p) manutenção das atividades da secretaria municipal de desenvolvimento.

III. Assistência Social:

- a) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Assistência social;
- b) manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente;
- c) manutenção do conselho tutelar da criança e do adolescente;
- d) manutenção do conselho municipal de assistência social;
- e) assistência ao idoso e a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- f) assistência a pessoas carentes do município;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- g) manutenção do programa de atenção integral a família – PAIF;
- h) manutenção do Programa – IGDBF/PAB;
- i) manutenção de programas sociais – FNAS/FEAS;
- j) manutenção do CRAS;
- k) índice de gestão descentralizada – IGD/SUAS;
- l) serviços de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV;
- m) manutenção das atividades de controle social;
- n) manutenção do programa Primeira Infância no SUAS;
- o) construção do CRAS;
- p) manutenção das ações do fundo dos direitos da pessoa idosa;
- q) manutenção do programa Pobreza Menstrual;
- r) manutenção do programa comunitário ciranda de serviços;
- s) manutenção dos benefícios eventuais;
- t) treinar, aperfeiçoar e capacitar servidores público municipal;
- u) manutenção do programa Prefeito Amigo da Criança;
- v) manutenção do programa de segurança alimentar;
- w) manutenção das atividades da casa de apoio em João Pessoa;
- x) manutenção e adm. da coordenadoria de políticas pub. das mulheres;
- y) manutenção do conselho municipal dos direitos das mulheres;
- z) aquisição de veículo;
- aa) combate ao COVID-19;
- bb) manutenção do núcleo de apoio à criança/adolescente Piranhense;
- cc) manutenção do programa Criança feliz;
- dd) manutenção do programa Prefeito Amigo da Criança;
- ee) manutenção serv. acolhimento crianças/adolescentes famílias;
- ff) manutenção do conselho municipal dos direitos da pessoa idosa.

IV. Previdência Social

- a) manutenção das contribuições com o INSS/FGTS.

V. Saúde:

- a) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) manutenção do conselho municipal de saúde;
- c) capacitar e aperfeiçoar o pessoal da saúde;
- d) manutenção e administração das unidades básicas de saúde – UBS;
- e) manutenção do programa saúde da família – PSF;
- f) manutenção do programa de agentes comunitários de saúde – PACS;
- g) manutenção do programa de saúde bucal;
- h) manutenção dos serviços de atendimento móvel de urgência - SAMU;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- i) manutenção do hospital municipal Oseas Alves Mangueira;
- j) manutenção do programa de vigilância sanitária - PVISA;
- k) manutenção do programa de vigilância e promoção da saúde – PFVPS;
- l) média e alta complexidade ambulatório e hospitalar;
- m) manutenção do programa farmácia básica;
- n) manutenção dos programas SUS;
- o) aquisição de veículo;
- p) reforma e ampliação de unidade básica de saúde - UBS;
- q) manutenção da equipe multiprofissional - NASF;
- r) manutenção do programa Previne Brasil;
- s) aquisição de ambulância;
- t) implantação do centro de especialidades odontológicas – CEO;
- u) manutenção do programa QUALIFAR – SUS;
- v) manutenção do centro de especialidades odontológicas - CEO;
- w) melhorias sanitárias domiciliares;
- x) construção de polos de academia da saúde;
- y) manutenção das atividades da policlínica Romeu Menandro Cruz;
- z) campanha de combate ao corona-vírus (COVID-19);
- aa) construção de unidade básica de saúde – UBS;
- bb) aquisição de equipamentos médico hospitalar e odontológico;
- cc) manutenção do programa Melhor em Casa;
- dd) construção do Centro de Zoonose;
- ee) melhorias habitacionais;
- ff) manutenção do convênio – FUNCEP;
- gg) manutenção do programa saúde prisional.

VI. Trabalho:

- a) contribuição para o PASEP.

VII. Educação :

- a) realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento de professores e profissionais do ensino fundamental;
- b) aquisição de veículo para o transporte escolar;
- c) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação;
- d) manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE;
- e) manutenção do ensino fundamental – FUNDEB 70%;
- f) manutenção do ensino fundamental – FUNDEB 30%;
- g) reforma e ampliação de unidade de escolar;
- h) construção de unidade escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- i) manutenção do transporte escolar;
- j) manutenção do PNAT – Ensino Fundamental;
- k) manutenção do PNAT – Ensino Infantil;
- l) manutenção do PNAT – Ensino Médio;
- m) manutenção de programas de educação – FNDE;
- n) construção do Centro de Formação de Professores – CFP;
- o) manutenção do programa salário educação – QSE;
- p) manutenção de unidade escolar;
- q) manutenção do PNAE – Ensino Fundamental;
- r) manutenção do PNAE – Pré-Escolar;
- s) manutenção do PNAE – Creche;
- t) manutenção do PNAE – EJA;
- u) manutenção do PNAE – Educação Especial;
- v) aquisição de mobiliários e outros equipamentos para a EMEF;
- w) aquisição de mobiliários e outros equipamentos para as EMEI;
- x) melhoria na rede de distribuição elétrica das escolas do ensino municipal;
- y) manutenção e administração de creches;
- z) manutenção do programa de educação de jovens e adultos – EJA 30%;
- aa) manutenção do programa de educação de jovens e adultos – EJA 70%;
- bb) construção de quadra esportiva escolar;
- cc) distribuição de kits escolar para os alunos do ensino fundamental;
- dd) assistência aos estudantes universitários;
- ee) construção de creche;
- ff) implantação de polos de informática nas escolas municipais;
- gg) distribuição de livros didáticos e material escolar para os alunos do ensino municipal;
- hh) aquisição de kits esportivos para os alunos da rede municipal de ensino;
- ii) construção de arenas esportivas escolares;
- jj) implantação de usinas de energia fotovoltaica nas escolas do ensino municipal;
- kk) construção de creche pro-infância – FUNDEB 30%;
- ll) reforma e ampliação de creche;
- mm) programa de atendimento ao aluno especial – AEE 70%;
- nn) programa de atendimento ao aluno especial – AEE 30%.
- oo) Implantação de salas de recursos multifuncionais para AEE;
- pp) manutenção das atividades da educação infantil – FUNDEB – 70%;
- qq) manutenção das atividades da educação infantil – FUNDEB – 30%;
- rr) programa dinheiro direto na escola – PDDE;
- ss) manutenção das atividades da educação infantil – MDE 25%;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

VIII. Cultura:

- a) manutenção e administração da Secretaria Municipal de Cultura;
- b) manutenção do programa cultura e arte na praça;
- c) manutenção da banda música municipal;
- d) manutenção da biblioteca municipal;
- e) festividades e promoções artísticas e culturais;
- f) manutenção do Conselho Municipal de Cultura;
- g) construção da praças de eventos;
- h) aquisição de veículo;

IX. Urbanismo:

- a) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- b) manutenção dos serviços de limpeza pública;
- c) manutenção do cemitério público municipal;
- d) reforma e ampliação de praça;
- e) manutenção de vias urbanas;
- f) pavimentação em paralelepípedos de ruas da sede e distritos;
- g) Pavimentação em asfáltico de ruas e avenidas;
- h) construção de cemitério;
- i) construção de praça;
- j) construção da garagem pública municipal;
- k) aquisição de veículo;
- l) manutenção das ações com recursos do FEP;
- m) construção de arenas esportivas;
- n) construção de cemitério;
- o) construção de pista de skate.

X. Habitação:

- a) construção de unidades habitacionais populares;
- b) recuperação de unidades habitacionais populares.

XI. Saneamento:

- a) manutenção e administração dos serviços de saneamento;
- b) implantação de sistema de abastecimento d'água em comunidades rurais;
- c) construção de galerias pluviais;
- d) manutenção do sistema de abastecimento d' água do município;
- e) construção de aterro sanitário.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

XII – Gestão Ambiental:

- a) construção e instalação de poços artesianos;
- b) recuperação de açude;
- c) construção de açude;
- d) construção de barragem subterrânea;
- e) arborização com plantas ornamentais e frutíferas em ruas e avenidas;
- f) construção de cisternas em residências rurais;
- g) gestão das ações do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- h) gestão integrada de resíduos sólidos.

XIII. Agricultura:

- a) manutenção e Administração da Secretaria Municipal de Agricultura;
- b) manutenção dos serviços de abastecimento;
- c) assistência aos pequenos criadores, produtores e meeiros;
- d) aquisição de patrulha mecanizada;
- e) construção de matadouro público;
- f) aquisição e distribuição de silagem e volumoso;
- g) implantação do banco de sementes para o melhoramento genético do rebanho animal;
- h) construção do centro de comercialização agrícola;
- i) aquisição de implementos agrícolas;
- j) reforma e ampliação do matadouro público municipal;
- k) recuperação de barragem;
- l) aquisição de veículo;
- m) aquisição e distribuição de alevinos aos piscicultores do município;

XIV. Energia:

- a) ampliação da iluminação pública;
- b) manutenção dos serviços de iluminação pública.

XV. Transporte:

- a) construção de passagens molhadas em comunidades rurais do município;
- b) manutenção e conservação de estradas municipais;
- c) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transporte;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- d) construção de ponte sobre o Rio Piranhas;
- e) manutenção das atividades do departamento municipal de trânsito – DEMUTRAN.

XVI. Desporto e Lazer

- a) programa permanente de apoio a prática de atividades esportivas de base e lazer nas comunidades rurais e sede do município;
- b) construção de quadra poliesportiva;
- c) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer;
- d) manutenção do campo de futebol municipal;
- e) construção da alameda com ciclovia;
- f) construção de pista de skate;
- g) construção de arenas esportivas.
- h) Reforma e ampliação do centro de capacitação e geração de rendas;
- i) Construção de campo de futebol amador em comunidades rurais;
- j) Reforma e ampliação do campo de futebol municipal;
- k) Contribuição a associação das artes marciais pró-sociais Piranhenses.

XVII. Encargos Especiais:

- a) resgatar o principal e os encargos da dívida interna.

SEÇÃO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 13º O orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios de modo a expressar as políticas e programas de governo.

Parágrafo único – Farão parte do orçamento municipal os recursos vinculados aos Fundos Especiais, de acordo com a legislação específica.

Art. 14º A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Art. 15º Constará do orçamento municipal reserva de contingência no limite de até 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2024, com a finalidade de atender passivos contingentes e, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 16º Na programação orçamentária o detalhamento da despesa será feito por unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto/atividade com os respectivos elementos de despesa.

Art. 17º A discriminação da receita no orçamento será feita por categorias econômicas, subcategorias, fontes, subfontes, rubricas e subrubricas, de forma a demonstrar a sua caracterização constante na legislação.

Art. 18º O Município não poderá programar no orçamento nem despender no exercício de 2024, despesas com pessoal e encargos, inclusive serviços em substituição de servidores do município que ultrapassem os percentuais da sua receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I** – até 6% (seis) por cento para Câmara de Vereadores;
- II** – até 54% (cinquenta e quatro) por cento para o Poder Executivo.

Parágrafo Único – Para o cumprimento do disposto no caput do art. 18 e seus dispositivos, fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações e adequações na sua estrutura administrativa que visem eliminar os percentuais excedentes, sem prejuízos da aplicação do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 19º Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, serão fixados no orçamento municipal – em separado, indicando em cada projeto e/ou atividade o título “à conta FUNDEB”, para atender o disposto na legislação específica.

Art. 20º É defeso a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a títulos de:

- I** – subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de natureza continuada que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional;
- II** – doações financeiras para cobrir necessidades de pessoas físicas, exceto para pessoas justificadamente pobres da forma da lei, devendo ser organizado registros pessoais dos beneficiários.

§ 1º Os recursos destinados para subvenções sociais, deverão ser autorizados mediante lei específica.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

§ 2º O limite da dotação orçamentária para doações financeiras a pessoas físicas não poderá ultrapassar a 4% (quatro) por cento das receitas correntes efetivamente arrecadadas, excluindo-se as receitas de convênios e vinculadas a fundos.

III. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023 será dada maior prioridade:

§ 1º Utilização de pelo menos 3% (Três Por Cento) da Receita Corrente Líquida do ano imediatamente anterior, com ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 21º Na fixação das despesas com recursos de convênios para investimentos, constará da meta e a indicação da sua fonte.

Art. 22º É vedado ao Município incluir na lei orçamentária anual, transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes federados, salvo em situações que demonstrem o interesse público, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000.

Art. 23º Constará do orçamento municipal autorização para abertura de créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta) por cento, bem assim, para operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o limite de 15% (quinze) por cento da receita prevista, nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.320/64.

Art. 24º A abertura de créditos suplementares e especiais, dependerá da existência de recursos disponíveis, não podendo ser utilizada anulação de dotação orçamentária comprometida.

Art. 25º Quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais, serão utilizados os recursos oriundos das suas respectivas fontes, conforme dispõe o art. 72 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 26º Caso a Câmara de Vereadores não devolva o orçamento do município para sanção no prazo legal, o Poder Executivo poderá executar a sua programação em até o limite de dois doze avos do total de cada dotação.

Art. 27º Após a promulgação do orçamento o Poder Executivo com base nos limites nele fixados, aprovará uma programação de cotas orçamentárias ou trimestrais, para cada unidade orçamentária, com a finalidade de manter o equilíbrio entre receita arrecadada e despesa realizada.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

Art. 28º Quando da previsão da receita, para a distribuição das cotas bimestrais, forem inferiores a prevista, são limitadas às despesas distribuídas nas cotas do bimestre seguinte.

Art. 29º Na execução do orçamento o Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal, observando com prioridade:

- I – das despesas decorrentes de normas legais e contratos administrativos;
- II – as despesas de manutenção e conservação dos serviços públicos;
- III – os compromissos advindos de convênios e outros semelhantes;
- IV – os investimentos.

Art. 30º Bimestralmente, o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria, elaborará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e o demonstrativo a que se refere o art. 52 c/c art. 63, da Lei Complementar nº 101/2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

Art. 31º Trimestralmente, a Contadoria avaliará a situação das aplicações obrigatórias no ensino, saúde, pessoal e encargos, a movimentação dos recursos do FUNDEB, e das alterações orçamentárias.

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 32º O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2024, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão (**LC 101/00; art. 48, parágrafo único**).

Art. 33º Se verificando, ao final de um bimestre, que a regularização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os critérios:

- I – redução de empenhos relativos a horas extras;
- II – redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- III – redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;
- IV – redução de despesas de consumo.
- V – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- VI – as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- VII – a forma de utilização e montante da reserva de contingência.

§ 1º. O montante da despesa a ser empenhada em 2024 não ultrapassará a realização da receita orçamentária no mesmo período.

§ 2º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, o Executivo promoverá, através de ato próprio, no montante necessário, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenhos e movimentação financeira, segundo critérios estabelecidos nos parágrafos seguintes.

§ 3º. A limitação dos empenhos de que trata o parágrafo anterior será feita de forma proporcional sobre todos os itens.

§ 4º. O Prefeito baixará ato determinando índice de redução de empenhos sobre os itens definidos no inciso IV do caput deste artigo, além de determinar, dentro de cada item, os subitens que serão reduzidos.

§ 5º. Reconhecido o déficit, todos os empenhos ficam suspensos até que o ato seja baixado.

§ 6º. Não serão objeto de limitação de empenhos as obrigações constitucionais e legais e as relativas ao pagamento da dívida fundada interna.

CAPÍTULO V DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 34º Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, autorizado a realizar o seguinte:

I. Reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais, observando as condições estabelecidas nesta lei e as restrições do artigo 71 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, considerando-se para tanto a despesa relativa à contratação de pessoal, a qualquer título, seja em caráter efetivo, através de concurso público, ou por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do disposto no artigo 169 da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- II. Programa de treinamento e qualificação do servidor público municipal;
- III. Realização de concurso público para provimento dos cargos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal.
- IV. Implantação de um programa de assistência social destinada aos servidores ativos e inativos da Prefeitura Municipal, extensivo aos seus familiares.

CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 35º Poderá o Poder Executivo Municipal realizar no exercício financeiro de 2024:

- I – atualização e adequação do Código Tributário do Município a nova sistemática tributária nacional;
- II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas capazes de motivar o contribuinte ao pagamento e evitar a evasão de receitas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, somente será admitida se:

- I – respeitados os limites de que trata o art.18 desta lei;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrente.

Art. 37º Não será permitido o empenhamento de despesas a posterior, toda despesa deveser empenhada, previamente, e constar nos registros de controle, nos balancetes mensais, relatórios e demonstrativos periódicos.

Art. 38º Fica a cargo da Contadoria e Unidade de Finanças da Prefeitura, a coordenação e elaboração dos instrumentos de que trata esta lei.

Art. 39º São partes integrantes desta Lei, os anexos de que tratam das Metas e Riscos Fiscais e das Despesas de Capital, conforme dispõe a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 40º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de São José de Piranhas,
Estado da Paraíba em 15 de abril de 2023.


SANDOVAL VIEIRA LINS
Prefeito Constitucional



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

ANEXO – DESPESAS DE CAPITAL

<i>DESPESA DE CAPITAL</i>	<i>LDO – EXERCÍCIO FINANCEIRO 2024</i>		
	<i>CÓDIGO</i>	<i>V A L O R</i>	<i>% sobre o Total da Despesa</i>
<i>I. DESPESA DE CAPITAL</i>	<i>4.0.00.00.0</i>	<i>30.269.801,0</i>	<i>24,80</i>
<i>II. INVESTIMENTOS</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>23,21</i>
<i>V. APLICAÇÕES DIRETAS</i>	<i>4.4.00.00.0</i>	<i>28.319.801,0</i>	<i>23,18</i>
<i>VI. MATERIAL DE CONSUMO</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0,51</i>
<i>VII. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA</i>	<i>4.4.90.00.0</i>	<i>28.294.042,0</i>	<i>0,74</i>
	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0,56</i>
<i>VIII. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA</i>	<i>4.4.90.30.0</i>	<i>624.771,00</i>	<i>13,71</i>
	<i>0</i>	<i>904.024,00</i>	<i>7,06</i>
<i>IX. OBRAS E INSTALAÇÕES</i>	<i>4.4.90.36.0</i>	<i>682.070,00</i>	<i>0,15</i>
<i>X. EQUIPAMENTOS E M. PERMANENTE</i>	<i>0</i>	<i>16.735.487,0</i>	<i>0,45</i>
<i>XI. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS</i>	<i>4.4.90.39.0</i>	<i>0</i>	<i>1,60</i>
<i>XII. INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</i>	<i>0</i>	<i>8.608.315,00</i>	<i>1,60</i>
<i>XIII. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA</i>	<i>4.4.90.51.0</i>	<i>181.175,00</i>	<i>1,60</i>
<i>XIV. APLICAÇÕES DIRETAS</i>	<i>0</i>	<i>546.264,00</i>	
<i>XV. PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL</i>	<i>4.4.90.52.0</i>	<i>1.950.000,00</i>	
	<i>0</i>	<i>1.950.000,00</i>	
	<i>4.4.90.61.0</i>	<i>1.950.000,00</i>	
	<i>0</i>		
	<i>4.4.90.93.0</i>		
	<i>0</i>		
	<i>4.6.00.00.0</i>		
	<i>0</i>		
	<i>4.6.90.00.0</i>		
	<i>0</i>		
	<i>4.6.90.71.0</i>		
	<i>0</i>		



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

Gabinete Constitucional do Prefeito do Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba, em 30 de Maio de 2023.


SANDOVAL VIEIRA LINS
Prefeito Constitucional



ANEXOS METAS E RISCOS FISCAIS

SUMÁRIO

01 - Demonstrativo de Metas Anuais segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes".

02 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior ao de Referência segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei Responsabilidade Fiscal - LRF, tendo como finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior ao que se refere a LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos.

03 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, deve ainda compor o Anexo de Metas Fiscais, Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica.

04 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, trazendo em conjunto uma análise dos valores apresentados, esclarecendo os motivos das variações do PL do ente da Federação como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou diminuição líquida patrimonial.

05 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, como uma continuidade da demonstração da evolução do patrimônio líquido, devem ser destacadas as origens e aplicações de recursos obtidos com a alienação de ativos.

06 - Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, visando atender o estabelecido pelo art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

07 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita que visa atender ao art. 4º, parágrafo 2º, inciso V, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores.

08 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi instituído pela LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 17º, conceituando-a com Despesa Corrente derivada de Lei.

09 - Comentário dos Anexos de Metas Fiscais.

10 - Comentário dos Anexos de Riscos Fiscais.

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no Inciso 1º do Art. 4º da Lei Complementar 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício. Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração as metas fiscais em valor correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal, este entendido como a diferença entre a receita total arrecadada e a despesa total realizada, e ao montante da dívida do Município.

I - PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

As metas fiscais para o exercício, que servirão de base para a elaboração do Orçamento, deverão traduzir as seguintes prioridades;

1. ampliação da receita tributária, mediante a atualização do cadastro imobiliário;
2. adequação das despesas correntes à arrecadação;
3. redução do déficit financeiro.

II - METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento. O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizado para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado na Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

1 - AS METAS RELATIVAS AS RECEITAS

As metas relativas à receita estão consolidadas a nível do Município e demonstradas em anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a receita programada e a projetada.

1.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

Para a definição do valor da receita projetada, foram utilizados os seguintes critérios e premissas, sendo a metodologia e os cálculos demonstrados em memória à parte:

- crescimento vegetativo, levando em consideração a evolução da receita dos 3 (três) últimos exercícios, não incluídos os efeitos inflacionários;
- incremento na arrecadação tributária, tendo em vista as ações relacionadas com a revisão da planta tributária e incremento da fiscalização;
- incremento na arrecadação, tendo em vista as ações realizadas no exercício anterior, a serem desenvolvidas no exercício em referência, relacionadas com a cobrança da Dívida Ativa;
- projeção dos efeitos inflacionários estimados, com base na variação do índice de preços.

Da estimativa da receita total, calculada conforme critérios acima definidos, deverá ser deduzido o valor especificado no Anexo, destinado a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no Inciso 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000. Este anexo apresenta uma estimativa dos valores máximos de renúncia, por tributo.

No caso de os valores especificados no referido anexo não serem contemplados no Orçamento, mediante redução da previsão da receita orçamentária total, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita somente poderá ocorrer, desde que sejam previamente definidas as medidas de compensação para o mesmo período. Neste caso, deve ser demonstrado o valor do aumento de receita que se pretende atingir por tributo e se este decorrerá de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de novo tributo ou contribuição ou outra medida na área tributária.

Dentre as medidas de compensação, poderão ser adotadas as seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
É tempo de realizar

- atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- implantação da utilização da Contribuição de Melhorias como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere a pavimentação de ruas.

A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2 - METAS RELATIVAS À DESPESAS

As metas relativas às despesas demonstradas nos anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a despesa programada para o corrente exercício e a projetada.

Metas físicas, a nível de atividades e projetos, por função de governo e respectivos programas, cujo somatório dos valores atribuídos às mesmas traduzir-se-á na meta fiscal de despesas.

2.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

O valor total anual projetado para as despesas deverá ficar limitado sobre a receita total anual projetada podendo oscilar ao longo do exercício. A variação percentual refere-se à margem para a geração de superávit primário, destinado à liquidação de dívida. No valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos do Art. 17, da Lei Complementar n. 101, de 4/05/2000.

3 - METAS DE RESULTADO PRIMÁRIOS E NOMINAL

Constam em anexo, respectivamente, os valores estabelecidos como metas de resultados primários e nominal a serem obtidos ao final do exercício.

4 - METAS RELATIVAS AO MONTANTE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

As metas relativas ao montante da dívida do Município ao final do exercício estão especificadas nos Anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II

RS

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	72.929.390,00	122.039.576,00	67,34	129.972.148,44	6,50	138.420.338,09	6,50	147.417.660,06	6,50	156.999.807,97	6,50
Receitas Não-Financeiras (I)	60.145.058,00	105.855.915,00	76,00	112.736.549,48	6,50	120.064.425,19	6,50	127.868.612,83	6,50	136.180.072,66	6,50
Despesa Total	72.929.390,00	122.039.576,00	67,34	129.972.148,44	6,50	138.420.338,09	6,50	147.417.660,06	6,50	156.999.807,97	6,50
Despesa Não-Financeiras (II)	72.304.138,00	120.089.576,00	66,09	127.895.398,44	6,50	136.208.599,34	6,50	145.062.158,30	6,50	154.491.198,58	6,50
Resultado Primário (I - II)	(12.159.080,00)	(14.233.661,00)	17,06	(15.158.848,97)	6,50	(16.144.174,15)	6,50	(17.193.545,47)	6,50	(18.311.125,92)	6,50
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	%	2023	%	2024	%	2025	2026	%	2027	%
Receita Total	79.745.399,96	66,63	126.969.974,87	4,66	129.972.148,44	2,24	132.883.524,57	135.860.115,52	-2,19	138.903.382,10	-4,33
Receitas Não-Financeiras (I)	65.766.239,18	75,26	110.132.493,97	4,66	112.736.549,48	2,24	115.261.848,18	117.843.713,58	-2,19	120.483.412,77	-4,33
Despesa Total	79.745.399,96	66,63	126.969.974,87	4,66	129.972.148,44	2,24	132.883.524,57	135.860.115,52	-2,19	138.903.382,10	-4,33
Despesa Não-Financeiras (II)	79.061.711,66	65,39	124.941.194,87	4,66	127.895.398,44	2,24	130.760.255,37	133.689.285,09	-2,19	136.683.925,07	-4,33
Resultado Primário (I - II)	(13.295.472,48)	16,57	(14.808.700,90)	4,66	(15.158.848,97)	2,24	(15.498.407,18)	(15.845.571,50)	0,25	(16.200.512,30)	0,50
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IGP-M (FGV) - % a,a


SANDOVAL VIEIRA LINS

PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

ÍNDICE INFLACIONÁRIO
CONSTANTE

Multiplicador					
2022	2023	2024	2025	2026	2027
11,10	5,10	4,04	4,00	4,00	4,00
1,093	1,040	1,000	0,960	0,922	0,885

INFORME O VALOR CORRENTE

	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receita Total	72.929.390,00	122.039.576,00	129.972.148,44	138.420.338,09	147.417.660,06	156.999.807,97
Receitas Não-Financeiras (I)	60.145.058,00	105.855.915,00	112.736.549,48	120.064.425,19	127.868.612,83	136.180.072,66
Despesa Total	72.929.390,00	122.039.576,00	129.972.148,44	138.420.338,09	147.417.660,06	156.999.807,97
Despesa Não-Financeiras (II)	72.304.138,00	120.089.576,00	127.895.398,44	136.208.599,34	145.062.158,30	154.491.198,58
Resultado Primário (I - II)	(12.159.080,00)	(14.233.661,00)	(15.158.848,97)	(16.144.174,15)	(17.193.545,47)	(18.311.125,92)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2024

LRF, Art. 4º, § 1º

RS

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	129.972.148,44	129.972.148,44	1.117.492,05	138.420.338,09	132.883.524,57	1.112.346,01	#####	#####	1.107.221,31
Receitas Não-Financeiras (I)	112.736.549,48	112.736.549,48	969.301,50	120.064.425,19	115.261.848,18	964.837,88	#####	#####	960.392,76
Despesa Total	129.972.148,44	129.972.148,44	1.117.492,05	138.420.338,08	132.883.524,57	1.112.346,01	#####	#####	1.107.221,31
Despesa Não-Financeiras (II)	127.895.398,44	127.895.398,44	1.099.636,29	136.208.599,34	130.760.255,37	1.094.572,48	#####	#####	1.089.529,66
Resultado Primário (I - II)	(15.158.848,96)	(15.158.848,96)	(130.334,79)	(16.144.174,15)	(15.498.407,19)	(129.734,60)	(17.193.545,47)	(15.845.571,51)	(129.136,90)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2024

INDICE INFLACIONARIO CONSTANTE	Multiplicador		
	2024	2025	2026
	4,04	4,00	4,00
0,893	0,848	0,884	

VARIAVEIS	2024	2025	2026
Projeção do PIB do Estado - R\$ Milhares	11.630,70	12.444,00	13.314,20

FONTE:

MEMORIA DE BASE DE INDICE INFLACIONARIO IPCA(IBGE) - % a.a



SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL




PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2024

Art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização /Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00

FONTE:


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024


LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	20.591.257,76	0,00	16.294.263,89	100,00	5.709.447,34	27,73
Reservas	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.591.257,76	0,00	16.294.263,89	100,00	5.709.447,34	27,73

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2024

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2022	% PIB	II - Metas realizadas em 2022	% PIB	R\$	
					Variação (II - I)	
					Valor	%
Receita Total	72.929.390,00	735.523,79	83.989.939,55	847.074,11	11.060.549,55	115,17
Receitas Não-Financeiras (I)	60.145.058,00	606.588,38	79.620.300,28	803.004,45	19.475.242,28	132,38
Despesa Total	72.929.390,00	735.523,79	83.922.759,84	846.396,58	10.993.369,84	115,07
Despesa Não-Financeiras (II)	72.304.138,00	729.217,86	81.941.990,07	826.419,68	9.637.852,07	113,33
Resultado Primário (I - II)	(12.159.080,00)	-122.629,47	(2.321.689,79)	-23.415,22	9.837.390,21	0,00
Resultado Nominal	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00

FONTE:

Previsão do PIB Estadual para 2022	9.915,30
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	9.915,30


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2024

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
AMF - Tabela 6 (L.R.I. - art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2021	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS CORRENTES			
Recosta de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Recosta Patrimonial			
Recosta de Serviços			
Outras Recostas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Recostas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Recostas de Capital			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS CORRENTES			
Recosta de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial			
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Recosta Patrimonial			
Outras Recostas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Recostas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2021	2022
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) - (I - II)	0,00	0,00	0,00
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

FONTE:


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2024

AMF - Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) - (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) - (d Exercício anterior) - (e)
2022	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

Tabela 8 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
RENÚNCIA DE TRIBUTOS	TRIBUTOS	CONTRIBUITE	50.000,00	51.000,00	52.000,00	RENÚNCIA
TOTAL						
FONTE:						


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024

Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar Federal nº 101/2000

EVENTO	2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Aumento referente a Transferências Constitucionais	0,00
(-) Aumento referente a Transferências do FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	0,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	0,00
FONTE:	


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2024

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS


ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1.641.215,95	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas discricionárias	1.641.215,95
Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	1.641.215,95	SUBTOTAL	1.641.215,95

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
* Aumento Salarial dos Servidores	180.000,00	Ajuste da programação financeira através da limitação de empenhos	180.000,00
SUBTOTAL	180.000,00	SUBTOTAL	78.887,53
TOTAL	1.821.215,95	TOTAL	1.720.103,48

FONTE:


SANDOVAL VIEIRA LINS
PREFEITO MUNICIPAL